

**TEXTOS DAS OBRAS DE  
KATE MILLETT (1969),  
SHULAMITH FIRESTONE (1970)  
E JUDITH BUTTLER (1990)**

***KATE MILLET: POLÍTICA SEXUAL (1969)***

A primeira fase do feminismo, que durou até 1930, terminou em reforma em vez de revolução. Para que uma revolução sexual prosseguisse adiante teria sido necessária uma transformação social verdadeiramente radical, a alteração do matrimônio e da família como foram conhecidos através de toda a história. Sem semelhantes mudanças radicais torna-se impossível erradicar os males que derivam destas instituições e que os reformadores julgavam particularmente ofensivos. Uma revolução sexual completa necessitaria o fim da ordem patriarcal através da abolição de sua ideologia que estabelece uma socialização diferenciada dos sexos. A ideologia patriarcal era de fato erodida e o patriarcado reformado, mas a ordem patriarcal social essencial permanecia. Como a maioria das pessoas não consegue conceber uma outra forma de organização social, a única alternativa para a sua perpetuação parecia ser o caos. O problema não é tanto que a ordem social requer a subordinação da mulher, mas que ela requer uma estrutura familiar que envolve a subordinação da mulher. Ademais, o patriarcado é necessário para o sistema familiar.

A União Soviética realizou um esforço consciente para eliminar o patriarcado e reestruturar a sua instituição mais básica, a família. Depois da revolução foram instituídas todas as leis possíveis para libertar os indivíduos das exigências da família: matrimônio livre e divórcio, contracepção e aborto a pedido. Mais do que tudo, as mulheres e as crianças foram libertadas do poder econômico do marido. Debaixo do sistema coletivista, a família começou a desintegrar-se segundo as próprias linhas sob as quais havia sido construída. Todas as providências legais foram tomadas para promover a igualdade política e econômica. Mas, mesmo com tudo isso, a experiência soviética falhou e foi abandonada. Nos anos trinta e quarenta a sociedade soviética voltou a assemelhar-se às sociedades patriarcais reformadas dos países ocidentais. A causa mais profunda para isto reside no fato de que, além da declaração de que a família compulsória estava extinta, a teoria Marxista falhou ao não oferecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e foi notavelmente ingênua em relação à força histórica e psicológica do patriarcado. Engels havia escrito apenas sobre a história e a economia da família patriarcal, mas não investigou os hábitos mentais nela envolvidos, e até mesmo Lenin admitiu que a revolução sexual não era adequadamente compreendida. Ninguém entendia que, embora devessem ser empreendidos todos os esforços para promover uma revolução sexual, o verdadeiro teste consistiria em mudar as atitudes. Conforme Trotsky comentou friamente: ***“Não se pode 'abolir' a família, é necessário substituí-la”***.

## ***SHULAMITH FIRESTONE: A DIALÉTICA DO SEXO (1970)***

Para falar sobre as alternativas revolucionárias, é necessário começar por dizer que as mulheres, no plano biológico, são diferenciadas dos homens. A natureza produziu a desigualdade fundamental, que foi, mais tarde, consolidada e institucionalizada, em benefício dos homens. As mulheres eram a classe escrava que mantinha a espécie, a fim de que a outra metade fosse liberada para o trabalho, admitindo-se os aspectos escravizantes disso, mas salientando todos os aspectos criativos.

Esta divisão natural do trabalho continuou somente à custa de um grande sacrifício cultural: os homens e as mulheres desenvolveram apenas uma metade de si mesmos, em prejuízo da outra metade. A divisão da psique em masculina e feminina, estabelecida com o fim de reforçar a divisão em função da reprodução, resultou trágica. A hipertrofia do racionalismo do impulso agressivo e a atrofia da sensibilidade emocional nos homens resultaram em guerras e em desastres culturais. O emocionalismo e a passividade das mulheres aumentou o seu sofrimento. Sexualmente os homens e as mulheres foram canalizados para uma heterossexualidade altamente organizada, nos tempos, nos lugares, nos procedimentos e até nos diálogos.

Deve-se, portanto, propor, em primeiro lugar, a distribuição do papel da nutrição e da educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres. Estamos falando de uma mudança radical. Libertar as mulheres de sua biologia significa ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da sua reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família.

Em segundo lugar, a segunda exigência será a total autodeterminação, incluindo a independência econômica, tanto das mulheres quanto das crianças. É por isso que precisamos falar de um socialismo feminista. Com isso atacamos a família em uma frente dupla, contestando aquilo em torno de que ela está organizada: a reprodução das espécies pelas mulheres, e sua conseqüência, a dependência física das mulheres e das crianças. Eliminar estas condições já seria suficiente para destruir a família, que produz a psicologia do poder. Contudo, nós a destruiremos ainda mais.

É necessário, em terceiro lugar, a total integração das mulheres e das crianças em todos os níveis da sociedade. E, se as distinções culturais entre homens e mulheres e entre adultos e crianças forem destruídas, nós não precisaremos mais da repressão sexual que mantém estas classes diferenciadas, sendo pela primeira vez possível a liberdade sexual "***natural***". Assim, chegaremos, em quarto lugar, à liberdade sexual para que todas as mulheres e crianças possam usar a sua sexualidade como quiserem. Não haverá mais nenhuma razão para não ser assim. Em nossa nova sociedade a humanidade poderá finalmente voltar à sua sexualidade natural "***polimorficamente perversa***". Serão permitidas e satisfeitas todas as formas de sexualidade. A mente plenamente sexuada tornar-se-ia universal.

## **JUDITH BUTTLER: O PROBLEMA DO GÊNERO (1990)**

Durante a maior parte do tempo a teoria feminista supôs que haveria uma identidade existente, entendida através da categoria da mulher, que não apenas inicia os interesses e os objetivos feministas no discurso, mas que também constitui o sujeito para o qual se constrói a representação política. Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem que plena ou adequadamente representa as mulheres pareceu necessária para promover a visibilidade política das mulheres. Considerando as condições culturais em que as mulheres vivem, onde elas são falsamente representadas ou mesmo não representadas, isto pareceu obviamente importante.

Recentemente esta concepção da relação entre a teoria feminista e a política foi questionada a partir de dentro do próprio discurso feminista. O próprio sujeito **“mulher”** não pode ser mais entendido em termos estáveis ou permanentes. Há uma farta literatura que não somente questiona a viabilidade do **“sujeito”** como o candidato último desta representação ou, até mesmo, de uma libertação, como também há muito pouco acordo sobre o que constitui, ou deveria constituir, a categoria **“mulher”**.

O filósofo Michel Foucault mostra que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que eles em seguida passam a representar. Os sujeitos regradados por estas estruturas são, pelo fato de estarem submetidos a elas, formados, definidos e reproduzidos segundo as exigências de tais estruturas. Se esta análise é correta, então a formação jurídica da linguagem e da política que representa a **“mulher”** como **“o sujeito”** do feminismo é ela própria uma formação discursiva. O sujeito feminista passa a ser discursivamente constituído pelo próprio sistema político que supõe-se que facilitará sua emancipação. Isto se torna politicamente problemático se for mostrado que este sistema produz sujeitos de gênero ao longo de um eixo diferencial de dominação ou produz também sujeitos que se presumem masculinos. Nestes casos, recorrer não criticamente a um sistema como este para emancipar as mulheres é obviamente auto sabotador. A crítica feminista deveria entender como a categoria **“mulher”**, o sujeito do feminismo, é produzida e oprimida pelas próprias estruturas de poder através das quais se procura a sua emancipação.

Além das ficções que fundamentam a noção do sujeito, entretanto, temos também o problema político que o feminismo encontra ao supor que o termo **“mulher”** denota uma identidade comum. A hipótese política segundo a qual deve haver uma base universal para o feminismo freqüentemente acompanha a noção que deve haver alguma forma singular visível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A urgência do feminismo em estabelecer um status universal para o patriarcado para fortalecer a aparência representativa dos apelos feministas tem levado a uma ficção universalista da estrutura da dominação, sustentada para produzir uma experiência comum da sujeição das mulheres. Embora a denúncia de um patriarcado universal não goze mais da mesma credibilidade de outrora, é muito mais difícil desconstruir a noção de uma concepção comum de mulher, que é o corolário deste quadro.

Nossa sugestão é que a suposta universalidade e unidade do sujeito do feminismo é efetivamente viciada pelas limitações do discurso representacional no qual funciona. Na verdade, a fragmentação interna ao feminismo e a própria paradoxal oposição ao feminismo por parte de mulheres às quais o feminismo pretende representar sugerem os limites necessários à política da identidade.

Mas talvez o problema seja ainda mais sério. A construção da categoria “*mulher*” como um sujeito coerente e estável não seria uma reificação de uma relação de gênero? E esta reificação não seria exatamente o contrário do que pretende o feminismo? Até que ponto a categoria “*mulher*” alcança estabilidade e coerência somente no contexto da matriz heterossexual? Se uma noção estável de gênero não pode mais provar ser a premissa fundacional da política feminista, talvez seja desejável um novo tipo de política feminista para contestar as próprias reificações de gênero e de identidade, uma nova política que fará da construção variável da identidade não apenas um pré-requisito metodológico e normativo, mas também um objetivo político.

A identidade do sujeito feminista não pode ser o sujeito da política feminista, se a formação deste sujeito ocorre dentro de um campo de poder que o aprisiona através da afirmação desta formação. Paradoxalmente, a representação no feminismo somente poderá fazer sentido se o sujeito “*mulher*” não for assumido de nenhum modo.